

Pesquisa, formação e prática profissional do Assistente Social: a introdução de um debate vinculado à área da saúde¹

Research, training and practice of the Social Worker: introducing a debate linked to health

Carlos Antonio de Souza Moraes*

Este artigo discute a pesquisa na formação e prática profissional. No primeiro momento, realiza uma descrição histórica referente à pesquisa e produção do conhecimento no Serviço Social, buscando identificar as “mudanças” ético-políticas e teórico-metodológicas vivenciadas pela disciplina de pesquisa. Em seguida, problematiza a relação da pesquisa com a prática profissional do Serviço Social na atualidade, particularizando a área da saúde. Por fim, indica a necessidade de a pesquisa no Serviço Social romper os marcos do academicismo e até mesmo da unidisciplina, visto que, na saúde, a realidade abordada abrange a dinâmica do mundo da vida.

The article discusses research in training and professional practice. At first, it presents an historical overview on research and knowledge production in social work, with the aim of identifying the ethical-political and theoretical-methodological "changes" experienced in this field of study. The paper also discusses the relationship between research and the current professional practice of social work, with focus on the health area. Finally, it indicates the need for research in social work to break academic tradition, and even its unidisciplinary character as, reality investigated in the health area, includes the dynamics of life.

Palavras-chave: Pesquisa. Serviço Social. Prática profissional. Formação profissional. Saúde.

Key words: Research. Social work practice. Training. Health.

Introdução

Debates em torno de pesquisa e intervenção são conhecidos no Serviço Social, sobretudo, a partir da configuração das últimas “Diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social” em que a pesquisa é proposta como princípio e condição da formação profissional. Portanto, a formação permanente de uma postura investigativa deve ser inerente a todo o processo de formação profissional.

Isto significa que o Serviço Social, a partir de sua organização acadêmico-política, tem se preocupado em formar profissionais capazes de realizar pesquisas que subsidiem a formulação de políticas e ações profissionais.

Assim, o pressuposto é de que a pesquisa deva consistir em um rigoroso trato

¹ Este artigo é uma versão atualizada do trabalho que foi apresentado ao XV Encontro de Pesquisadores da PUC/SP na área da saúde no primeiro semestre de 2012.

* Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (2006); Mestre em Políticas Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense (2009); doutorando em Serviço Social pela PUC/SP; membro do Grupo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisa em Cotidiano e Saúde (GRIPES); Professor assistente do Departamento de Serviço Social de Campos - Brasil/ Universidade Federal Fluminense - Campos dos Goytacazes/RJ - Brasil. E-mail: as.carlosmoraes@gmail.com

teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, de maneira que se construa a compreensão dos problemas sociais e os desafios do universo da produção e reprodução da vida social (PASTOR; MARQUES, 2010).

Estas preocupações no campo profissional têm demonstrado, segundo Bourguignon (2008), avanços quanto às consistências das produções acadêmicas no âmbito das Ciências Sociais Aplicadas. Por outro lado, alguns desafios se colocam e se ampliam na formação e exercício da pesquisa no Serviço Social. Tais desafios estão, sobretudo, direcionados para as unidades de ensino no Brasil e aos assistentes sociais.

De maneira geral, são precárias as condições objetivas para o enfrentamento destes desafios e para o cumprimento destas exigências. Em relação às unidades de ensino, é possível perceber os impactos das políticas neoliberais do Estado brasileiro, na redução de recursos para as atividades de pesquisa, na ampliação das universidades públicas sem investimento na qualidade do ensino, da pesquisa e extensão, na privatização interna destas universidades, comprometendo sua autonomia e gestão democrática, no aumento dos cursos de graduação à distância, além do crescimento de universidades particulares, sem compromisso com a qualidade do ensino e sem preocupação com a implementação de atividades de pesquisa e extensão, dentre outros fatores.

Em relação aos profissionais de Serviço Social, é possível identificar, não raras vezes, que o discurso de valorização da pesquisa nem sempre alcança a prática. As justificativas são muitas: falta de tempo, excesso de atribuições, pouca disponibilidade de pessoal, ausência de recursos... Mesmo com essas restrições, é possível identificar situações em que a pesquisa é incorporada ao trabalho do profissional, sobretudo, por motivo de cursos de especializações. Nestes casos, é vinculada a ideia de que a pesquisa está estritamente relacionada a normas, prazos e obrigação a cumprir, aprisionando uma prática que deveria ter ousadia, desafiar, investigar e gerar prazer com as novas descobertas e possibilidades de ação (MORAES; JUNCA; SANTOS, 2010).

Diante disso, é possível perceber que, apesar de o Serviço Social plasmar a centralidade da pesquisa, na formação e no exercício profissional, existem desafios que precisam ser enfrentados no âmbito acadêmico e no exercício profissional. Desafios que têm descaracterizado a Universidade brasileira, enquanto instituição pública a serviço da população e têm contribuído para que a pesquisa não seja construída com as projeções desejadas na prática profissional, o que pode estar comprometendo a construção da criticidade no cotidiano de trabalho e, conseqüentemente, a capacidade de desvelamento das contradições estruturais, bem como o trabalho em apoio às classes subalternas.

Diante destes indicativos e do reconhecimento da particularidade da pesquisa no Serviço Social, este artigo tem por objetivos identificar, brevemente, a trajetória da pesquisa como tema e disciplina na formação profissional do Serviço Social, bem como, discutir elementos que afirmam em que sentido(s) a pesquisa subsidia o exercício da profissão, particularizando a área da saúde.

Para atingir tais objetivos, este artigo de revisão foi construído a partir de leitura e análise de livros, teses e outros artigos publicados em revistas científicas e nos Encontros e Congressos de pesquisa em Serviço Social que discutem o tema em questão. Nestes materiais, foi possível identificar a construção de uma política de pesquisa em contextos particulares (na Universidade Federal do Maranhão, por exemplo, por meio de estudo realizado por Brandão, 2010) ou no cenário brasileiro de maneira geral (por meio de discussões travadas por autores como: Sposati, 2007; Bourguignon, 2008; Nogueira, 2010, dentre outros).

Ao reunir, de forma complementar, estas discussões e construir uma série de problematizações, tendo por base as transformações sociopolíticas da sociedade brasileira, na era de mundialização do capital, este artigo demonstra sua relevância científica e originalidade. Esta última é possível ser identificada na medida em que estas discussões nem sempre são travadas em conjunto pela bibliografia pesquisada (apesar de demonstrarem que se complementam), porque ora se privilegiam os significados da pesquisa na formação profissional, ora na prática profissional.

Por outro lado, é possível destacar sua relevância social a partir de possíveis contribuições para o encaminhamento da pesquisa nos espaços acadêmicos e no exercício da profissão, sobretudo, na área da saúde na atualidade.

Diante disso, a proposta ora descrita, se subdivide em dois momentos centrais: no primeiro, serão descritos e compreendidos alguns aspectos históricos relacionados à pesquisa e à formação profissional em Serviço Social, para em seguida (segundo momento), problematizar seus significados vinculados à prática profissional do Serviço Social na área da saúde na atualidade.

Breve trajetória da pesquisa como tema e disciplina na formação profissional do Serviço Social

Esta seção aborda a produção do conhecimento em Serviço Social a partir de uma dupla relação: com a profissão e com a formação profissional². A partir de uma abordagem histórica, serão identificadas as “mudanças” ético-políticas e teórico-metodológicas vivenciadas pela disciplina de pesquisa. Além disso, há aqui a defesa do significado da produção de conhecimento como “elemento constitutivo da ação profissional” (NOGUEIRA, 2010, p.1).

Inicialmente, é válido ressaltar que a literatura aponta que a organização da disciplina de pesquisa no campo do Serviço Social no Brasil se dá em um contexto

² Na presente análise, em conformidade com Cardoso (1998), compreende-se a formação profissional do assistente social como um amplo processo determinado socialmente, de um lado pelas relações mais gerais de uma dada formação social e, de outro, pela Universidade enquanto instituição diretamente responsável pela formação básica do profissional. Assim definida, a formação profissional é um projeto complexo que inclui na sua estrutura, além do ensino acadêmico, da graduação e pós-graduação, a capacitação de profissionais docentes e não docentes, a prática profissional e organizativa e a pesquisa como importante instrumento na definição e redefinição desse projeto.

em que o Serviço Social estava passando por um processo de profissionalização, institucionalização e desenvolvimento a partir das requisições da classe burguesa. Em relação a este período, Martinelli (2009) ressalta que os assistentes sociais estavam apossados pelo “fetiche da prática”, por meio de um agir imediato, espontâneo, alienado e alienante, roubando qualquer possibilidade de reflexão e crítica, o que fortalecia a “identidade atribuída” da profissão.

A esse respeito é possível destacar que a orientação funcionalista é absorvida pelo Serviço Social, configurando propostas de trabalho ajustadoras e um perfil manipulatório, voltado para o aperfeiçoamento dos instrumentos e técnicas para a intervenção, com as metodologias de ação, busca de eficiência, *sofisticação dos modelos de análise, diagnóstico e planejamento*, enfim, uma tecnificação da ação profissional que é acompanhada de uma crescente burocratização das atividades institucionais, perspectiva que busca ajuste e conservação em relação aos sujeitos na ordem estabelecida (YASBEK, 2009). Neste sentido, o Serviço Social assume a execução de políticas sociais, o que lhe proporciona, por meio do Estado, a sua profissionalização e ampliação do mercado de trabalho.

Assim, com base na natureza eminentemente interventiva da profissão neste período, a Lei 1889/53 define os objetivos do ensino do Serviço Social, a partir do estudo de disciplinas organizadas, segundo Nogueira (2010, p. 03), em três eixos:

- I - eixo do conhecimento da realidade social, econômica, psicológica e ética geral e profissional;
- II – eixo da introdução e dos fundamentos do Serviço Social: Métodos do Serviço Social; Serviço Social de Casos - de Grupo - Organização Social da Comunidade: Serviço Social em suas especializações; Família - Menores - Trabalho – Médico;
- III - o eixo da Pesquisa Social.

Além disso, a autora ressalta que o programa de pesquisa social estava destinado, com base em procedimentos da pesquisa científica, a subsidiar a intervenção. Sua ementa continha os seguintes itens:

conceituação [da pesquisa social], sua posição face às Ciências Sociais, relações com o Serviço Social, problemática da pesquisa, peculiaridades, condições que afetam a objetividade, condições ambientais e condições do pesquisador e do pesquisado; métodos indutivo e dedutivo, método estatístico, geográfico e sociológico, antropológico; observação em massa e participante, método comparativo e experimental (NOGUEIRA, 2010, p. 03).

Diante desta ementa, torna-se perceptível que “A preocupação com a cientificidade se manifestava na ênfase dos procedimentos metodológicos quanto ao trato da empiria, e reduzíssima ênfase na perspectiva analítica” (NOGUEIRA, 2010, p. 4).

Neste contexto (década de 1950/60), o Serviço Social, ao possuir relativa

autonomia técnica e sendo legalmente reconhecido tem, segundo Martinelli (2009), um salto quantitativo e qualitativo por meio do aumento no número de escolas; interiorização para as prefeituras de cidades pequenas e médias; abertura para o campo industrial; incorporação de novas funções, como coordenação, planejamento e administração de programas sociais, o que revelava o alcance de maior sistematização teórica e prática.

Na subsequente revisão curricular (realizada em 1962), Nogueira (2010) destaca que o ensino da pesquisa manteve a direção anterior. Posteriormente, em virtude da realidade brasileira e da hegemonia do pensamento sociológico norte-americano, a pesquisa realizada pelo Serviço Social passou a contribuir de maneira significativa para o protagonismo e reconhecimento profissional, ao evidenciar as situações de pobreza e marginalização de grupos e segmentos populacionais e servir para o direcionamento de ações institucionais.

Por outro lado, a reforma universitária, realizada em 1968 e implementada por grupos e setores que buscavam a consolidação do modelo desenvolvimentista, focados na formação de sujeitos para o mercado de trabalho, traduziu graves consequências para o ensino superior no Brasil.

No Serviço Social, conforme indica Setúbal (2007), pela primeira vez, a pesquisa é excluída do currículo da graduação como uma disciplina, sendo substituída pela 'atitude investigativa', relacionada estritamente à extensão universitária e consolidando *o saber resgatado do fazer* como critério para a eficiência e produtividade (NOGUEIRA, 2010, p. 4).

Diante deste quadro de reforma, é possível identificar que, nesse período, houve a ampliação da rede de serviços sociais, o que conduziu a profissão a um efetivo avanço nas esferas acadêmicas, organizativa e institucional, nos âmbitos público e privado.

Isso contribuiu para que a profissão questionasse seus referenciais e assumisse inquietações e insatisfações de uma conjuntura histórica de intenso movimento político-cultural que reuniu profissionais, trabalhadores, segmentos médios e das classes populares em torno da luta antiimperialista na defesa de projetos de transformação social (YASBEK; RAICHELIS; MARTINELLI, 2008).

Neste contexto, desencadeia-se, na América Latina, um amplo movimento de renovação profissional em diferentes níveis: teórico, metodológico, técnico/operativo e ideopolítico. No curso desse movimento, o profissional passa a buscar paulatinamente a compreensão da análise e contradição, como princípio explicativo do real e, além disso, passa a perceber o caráter conservador de sua prática, o que não aconteceu de forma homogênea.

Diante disso, é possível ressaltar que a consciência crítica acentuava a necessidade de luta por novas superações dialéticas, pela consciência política da categoria, pela

ampliação de espaços de produção do novo. Isto é, buscou-se criar uma proposta de profissão identificada com as classes populares.

Ainda na década de 1970, concomitante ao movimento de reconceituação do Serviço Social, é possível destacar um avanço na produção teórica da profissão no País, a partir da criação e expansão de cursos de Pós-graduação, enquanto elemento fundamental para produção de bibliografias consistentes e continuadas do Serviço Social (KAMEYAMA; 1998; IAMAMOTO; 1998; PASTOR; MARQUES, 2010).

Durante esse processo, a ABESS (Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social) encaminha uma revisão curricular iniciada na metade dos anos 1970 e aprovada em 1979, em Natal, e pelo MEC, em 1982 (BRANDÃO, 2010). Este novo currículo assinala um rompimento com a tradição teórica, discutida e implementada nos currículos anteriores, que influenciava a construção do fazer e a formação profissional até então. Em relação à pesquisa, esta nova apreensão da profissão apresenta, segundo Nogueira (2010), dois vetores:

- 1) a relação intrínseca entre prática profissional e produção do conhecimento, isto é, a relação teoria e prática ainda não trabalhada de forma unitária;
- 2) a introdução de uma perspectiva crítica de análise na construção do saber profissional.

A aprovação desta proposta curricular (de maneira geral) foi uma vitória da luta coletiva da ABESS, inclusive com a disciplina de pesquisa que, conforme Sposati (2007) passa a ser obrigatória na formação dos assistentes sociais a partir de 1982. Neste contexto, Nogueira (2010) destaca alguns elementos para análise do papel da pesquisa na formação profissional:

- 1) A preocupação com a produção de conhecimento de forma mais sistemática, a partir da integração de cursos confessionais de Serviço Social para o espaço universitário federal, além da interlocução da profissão com o campo das ciências sociais e a realização de encontros de pesquisa em âmbito nacional;
- 2) A inclusão do Serviço Social como área de conhecimento nas agências de financiamento (CAPES, CNPq e outras), lhe conferindo *status* acadêmico;
- 3) A criação do Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social (CEDEPSS), órgão acadêmico vinculado à ABESS (que em 1998 passa a se chamar ABEPSS- Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social). Sua criação tinha por objetivo incentivar e estimular a construção de pesquisas nesta área, bem como, documentar tais produções;
- 4) O conhecimento produzido, até este período histórico, referenciava os elementos vinculados exclusivamente à ação profissional, não trabalhando com análises de realidade com base em um quadro explicativo mais denso.

Desta situação deriva um aspecto delicado para a relação entre a pesquisa/profissão/formação profissional. Na medida em a prática

conservadora foi sendo desqualificada, com toda a razão, não se investiu em análises sobre o fazer profissional e nem se gestaram formas inovadoras de ação profissional, compatíveis com o perfil estabelecido pelo novo currículo, sendo a preocupação maior, entre os docentes/pesquisadores, se apropriar do novo marco teórico indicado pelo currículo de 1982 (NOGUEIRA, 2010, p. 5).

A esse respeito, convém recordar que, a partir da década de 1980/90, é destacado o protagonismo do Serviço Social crítico. Ou seja, a teoria social de Marx passa a ser articulada de maneira mais efetiva com a profissão, por meio, inicialmente, das análises de Yamamoto, em 1982, no livro *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*, teoria que apreende o ser social a partir de mediações. Portanto, os fatos e dados passam a ser vistos como indicadores e não como fundamentos do horizonte analítico. Isto é, as relações sociais são sempre mediatizadas por situações, instituições que, ao mesmo tempo, revelam/ocultam as relações sociais imediatas.

Trata-se, portanto, de um conhecimento que apreende a realidade de forma dialética em seu movimento contraditório no qual e por meio do qual se engendram, como totalidade, as relações sociais que configuram a sociedade capitalista (YAZBEK; RAICHELIS; MARTINELLI, 2008).

Este referencial ganha visibilidade e imprime nova qualidade ao processo de recriação da profissão, além de ser substancial na busca de avanços na produção do conhecimento e no rompimento com o histórico conservadorismo no campo profissional.

Assim, o Serviço Social também passa a assumir novas posições no mercado de trabalho, destacando-se o fato de desenvolver ações de planejamento e gestão de políticas sociais. No entanto, essas políticas sociais passam por um reordenamento, tornando-se cada vez mais seletivas e focalizadas. Além disso, há o apelo, por parte da opção neoliberal, pela filantropia e à solidariedade da sociedade civil, o que traz novas questões ao Serviço Social do ponto de vista interventivo e da construção de seu corpo de conhecimentos.

Esta profissão, na década de 1990, se vê desafiada a compreender e intervir nas novas configurações e manifestações da “questão social”, visto que há o aprofundamento da precarização do trabalho e, conseqüentemente, o agravamento das condições de vida dos trabalhadores. Enfrenta processos e dinâmicas que trazem para a profissão novas temáticas, novos (e os de sempre) sujeitos sociais, por meio de questões vinculadas ao desemprego estrutural, trabalho infantil, violência doméstica, discriminação de gênero e etnia, dentre outros (YAZBEK; RAICHELIS; MARTINELLI, 2008).

Diante disso, torna-se desafio decifrar as lógicas do capitalismo contemporâneo, sobretudo no que se refere às mudanças no mundo do trabalho e à desestruturação dos sistemas de proteção social e das políticas sociais de forma ampliada. Lógicas capazes de despolitizar a questão social, além de reiterar a desigualdade, na medida em que

também penaliza os trabalhadores por sua condição de precariedade na sociedade atual (IAMAMOTO, 2008; YAZBEK, 2009).

No entanto, o Serviço Social, a partir do avanço na produção do conhecimento, da busca de romper com seu histórico conservadorismo, dos debates sobre a formação profissional, das revisões curriculares, dentre outros elementos, constrói um projeto profissional³ (a partir do movimento de reconceituação) com princípios que vão nortear a materialização de suas ações.

Neste cenário, Nogueira (2010) ressalta que a ABESS em sua gestão 1992-94 inicia um novo processo de revisão curricular a partir do “Relatório Síntese dos impasses e tensões da formação profissional”. Este relatório aponta equívocos na implementação curricular que impactaram

a produção e transmissão de conhecimentos, como o ecletismo teórico; o formalismo na apropriação da teoria crítica, a superficialidade na apropriação dos paradigmas e a distância entre apreensão da realidade e a intervenção (NOGUEIRA, 2010, p. 6).

Após a revisão, foi estruturada uma nova proposta curricular aprovada em 1996 pela ABESS. Esta proposta teve por base os seguintes pressupostos:

- 1) serviço Social como profissão interventiva no âmbito da questão social no capitalismo monopolista;
- 2) a necessidade de compreensão dos processos sociais e de uma perspectiva teórico-metodológica para isso.

A partir desta proposta, são destacados pela ABESS (1996) três princípios básicos para avaliação da pesquisa:

- Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção e reprodução da vida social;
- Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade;
- Estabelecimento das dimensões investigativas e interventivas como princípios formativos e condição central da formação profissional e da relação teoria e realidade.

É necessário sinalizar que as diretrizes curriculares indicam, por meio dos princípios de orientação da ação profissional, a necessidade de capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa nas seguintes direções (ABESS, 1996):

- apreensão crítica do processo histórico,
- a investigação sobre a nossa formação histórica e os processos

³ Projeto, pautado na Lei de Regulamentação da profissão, no código de ética profissional e nas diretrizes curriculares.

sociais contemporâneos vivenciados pela sociedade brasileira,
- a apreensão do significado social da profissão, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade,
- apreensão das demandas consolidadas e emergentes – visando formular respostas profissionais,
- exercício profissional cumprindo as competências e atribuições previstas na legislação profissional em vigor.

A partir destes princípios é possível destacar a relevância da pesquisa para o Serviço Social. Na mesma proposta é apresentado o seguinte conteúdo:

Natureza, método e processo de construção do conhecimento: o debate teórico-metodológico. A elaboração e análise de indicadores sócio-econômicos. A investigação como dimensão constitutiva do trabalho do assistente social e como subsídio para a produção do conhecimento sobre processos sociais e reconstrução do objeto da ação profissional (ABESS, 1997, p. 71).

A avaliação encaminhada pela ABEPSS, em 2007, e concluída em 2008, apresenta significativas contribuições. De acordo com Abreu (2008), é possível visualizar três tendências:

- 1) ênfase nos aspectos técnico-operativos da disciplina, conforme ementa do MEC;
- 2) abordagem relativa aos aspectos teórico-metodológicos, particularizando o debate em torno da produção do conhecimento no Serviço Social;
- 3) inclusão dos aspectos anteriores em articulação a atividades práticas de exercício da pesquisa e o desenvolvimento do espírito investigativo.

Diante disso, concordamos com Abreu (2008) e Nogueira (2010) de que é reposta neste currículo a debilidade avaliada no currículo de 1982: o alheamento entre pesquisa e ação profissional. Além disso, é possível apresentar outros aspectos pouco problematizados em relação à pesquisa na formação profissional, como: o fato de sua construção ser a partir da curiosidade científica em relação ao já vivido na busca de ampliar o leque de questões teóricas mais abstratas; a forma como o método crítico vem sendo apropriado e usado como ferramenta analítica; a banalização da pesquisa; e a dificuldade de articulação entre a disciplina de pesquisa e as demais disciplinas no curso de graduação em Serviço Social (NOGUEIRA, 2010).

Diante destas reflexões, construímos a seguinte questão: que elementos subsidiam a pesquisa no exercício do Serviço Social na contemporaneidade, particularizando a área da saúde? É acerca desta questão que a próxima seção será desenvolvida.

Desdobramentos da pesquisa para o exercício da profissão na área da saúde

Aproximações iniciais

A área da saúde é permeada por debates que são aprofundados com o surgimento da medicina social, ao se investigarem, sistematicamente, as relações entre saúde e distintas condições de vida de grupos e classes sociais.

Na atualidade, Paim (1997) discute algumas abordagens teórico-conceituais relativas à análise da situação de saúde segundo condições de vida. Identifica que as relações entre saúde e condições de vida estão presentes, de maneira diferenciada, entre as diferentes abordagens referentes à causalidade em saúde no século XX.

Independente da análise que se desenvolve em torno de saúde e condições de vida, torna-se importante ter a compreensão dos fatores que envolvem esta realidade, destacados por Paim (1997) como: a distribuição de renda, poder aquisitivo na esfera do consumo individual, ações estatais, o espaço/território, dentre outros.

Para Castellanos (1990) e Nuñez (1992), as condições de vida expressam as situações materiais dos grupos humanos de determinada sociedade. Tais circunstâncias dependem da inserção de cada grupo na estrutura de produção e, de sua vinculação a determinada classe social. Portanto, são resultantes da inserção deste grupo no processo de reprodução da sociedade, dentro de um período histórico e em determinadas condições. Desta maneira, é possível perceber que as condições de vida são garantidas por meio dos rendimentos destes grupos ou por meio de políticas sociais (CASTELLANOS, 1990; NUNES, 1992 apud PAIM, 1997).

Neste sentido, há a importância de se compreender o espaço social de uma cidade, ao expressar as situações de vida dos segmentos que o ocupam, seja no plano histórico e/ou atual destes segmentos. Há aqui a sugestão de se compreender a relação das condições de vida e espaço enquanto mediações passíveis de informar certas relações entre sociedade e saúde.

Diante disso, é possível perceber que as transformações de concepções em torno de saúde – doença são fundamentais para ampliação de espaço de análise e intervenção nesta realidade. Ou seja, este processo é fruto de múltiplos fatores históricos e estruturais. Não é fruto apenas do social, do biológico, do cultural... mas de uma articulação entre estes.

Pesquisa e Serviço Social na saúde: primeiras aproximações

Ao partir da compreensão anterior de condições de vida e situação de saúde, nosso objetivo atual é refletir acerca das possibilidades da pesquisa na área de Serviço

Social, particularizando o campo da saúde. A esse respeito é válido destacar que, segundo Bravo (2004), o objetivo do Serviço Social na saúde envolve a compreensão dos aspectos sociais, econômicos e culturais que interferem no processo saúde-doença e a busca de estratégias para o enfrentamento destas questões.

Para tanto, partimos do pressuposto de que esse processo atual requer do profissional competência teórico – metodológica para leitura da realidade, bem como, a incorporação da pesquisa e do conhecimento do modo de vida, de trabalho e expressões culturais desses sujeitos sociais, como requisitos essenciais ao desempenho profissional, além de sensibilidade e vontade política, que movam a ação.

Neste caso, é perceptível que a pesquisa se torna um importante instrumento para a prática profissional⁴ (IAMAMOTO, 2008; NETO, 1990), visto que o conhecimento produzido pode contribuir para formulação de estratégias que busquem reforçar ou criar experiências nos serviços de saúde que efetivem o direito social à saúde (PARÂMETRO PARA ATUAÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA SAÚDE, 2009). Isto é, a pesquisa se torna um instrumento capaz de contribuir de forma mais efetiva para o desenvolvimento de ações à realidade.

Neste caso, a compreensão da situação de saúde dos sujeitos sociais envolve um melhor entendimento da realidade social e do cotidiano dos usuários, bem como, o ambiente em que vivem e a experiência que constroem com o sofrimento e com a própria vida.

Assim, não há aqui a defesa da banalização ou enfraquecimento do rigor e critérios científicos. Há reconhecimento e valorização da relevância de projetos desenvolvidos pelas universidades. Porém, é necessário ressaltar que (enquanto aspecto interligado a pesquisa) a prática não sustentada pela postura investigativa⁵ torna-se limitada no que se refere ao pensar e ao agir, tendente à confirmação da prática constituída, sem criar condições para novas formas de apreender e agir sobre o objeto profissional, de maneira a reificar e confirmar o vigente (BATTINI, 2009).

Assim, há aqui a defesa por uma prática que deve ser “construída artesanalmente” (MILLS, 1982, p. 211) desenhada de maneira apaixonada, vibrante e desafiadora.

Prática com fome de descobertas, combinando razão e sensibilidade, rigor e criatividade, ciência e arte, conhecimento e ação. Prática que comemora os ‘achados’ do processo de investigação, mas que com ponderação e humildade desconfia destes ‘achados’ e quer avançar sempre mais, valorizando os sujeitos com os quais se relaciona (MORAES; JUNCÁ; SANTOS, 2010, p. 434).

⁴ Para Baptista (2009, p. 18) a prática profissional situada no âmbito das relações sociais concretas de cada sociedade, em sua configuração, sintetiza o seu movimento histórico. Não se confunde com outras práticas, apesar de constituir uma dimensão historicamente determinada da prática social que se manifesta concretamente em uma situação social específica (sendo expressão de classe).

⁵ De acordo com a ABESS (1996), a postura investigativa é um suposto para sistematização teórica e prática do exercício profissional, para definição de estratégias e instrumental técnico que busquem enfrentar a desigualdade social.

Se a pesquisa deve ser encarada com gosto (ECO, 1977), muitas questões precisam ser enfrentadas em sua prática no Serviço Social, já que é necessário garantir a unidade entre o saber e o fazer, o saber fazer e o refazer, ancorados na compreensão do tipo de sociedade que se almeja.

Ao retomar o cotidiano profissional do Serviço Social, é possível perceber uma gama de informações a respeito dos usuários: sexo, ocupação, composições familiares, condições habitacionais, situações de saúde, dentre outros. É certo que tais informações são relevantes para condução das atividades profissionais, no entanto, há necessidade de problematizá-las (articulando suas dimensões singulares/particulares ao universal), buscando compreender suas causas e possíveis significados, ancorados na busca de alternativas à realidade dos mesmos.

Isto significa que é preciso pensar na ação política que tal processo pode envolver, no protagonismo dos sujeitos, pesquisadores e pesquisados, em que “o desafio é tecer uma rede interpretativa onde o fenômeno estudado possa ser compreendido como parte de um universo e, ao mesmo tempo, um universo à parte” (BARBIANI, 2004, p.1).

Com tais considerações, queremos reforçar nossa concepção de pesquisa, onde há um lugar garantido para a indagação inacabada, para movimentos de aproximação sucessiva, onde teoria e dados dialogam, permanentemente, enfatizando, como Demo (1991), que, não se trata apenas de busca de conhecimento, mas também, de um fenômeno político. Cabe, portanto, reconhecer que estamos diante de um processo complexo, a ser conduzido de forma cuidadosa e criteriosa, comportando não só um olhar que indaga e quer saber, mas também aquele que se compromete e quer fazer algo, o que no caso do Serviço Social, está afinado com a ultrapassagem do imediatismo e sacralização do exercício profissional, remetendo ao desafio de operacionalizar seu projeto ético-político (MORAES; JUNCÁ; SANTOS, 2010, p. 246, 247).

Diante destas afirmações, é possível questionar: de que maneira a possibilidade do desenvolvimento da pesquisa contribui para o “estranhamento”, no processo de produção do conhecimento? O que o profissional de Serviço Social vê e o que deixa de ver em seu cotidiano profissional? Que dimensões o “ver” deve assumir na prática profissional do assistente social? Como o assistente social tem construído suas intervenções diante das situações de saúde de seus usuários? Como ele tem analisado tais situações?

Estas indagações têm por base a prosa poética de Resende (1992) que ressalta: “De tanto ver, a gente banaliza o olhar – vê... não – vendo”. Esta prosa poética articulada às nossas reflexões, nos possibilita afirmar a construção de um desafio concernente à prática profissional do assistente social, desafio que nem sempre se assume, por se acreditar que a experiência profissional reiterada durante anos é capaz de proporcionar respostas à realidade trabalhada. A relevância da experiência profissional é inquestionável; no

entanto, ela também pode “cegar”, sendo capaz de dificultar análises mais críticas, limitando a reconstrução permanente da profissão (MORAES; JUNCÁ; SANTOS, 2010, p. 246, 247).

A esse respeito é necessário destacar a necessidade, no campo da saúde, de investigar a realidade, mas, mais que isso, sempre que possível, desenvolver estudos/ investigações/pesquisas em conjunto com outros profissionais, pois neste campo, a realidade a ser abordada se apresenta como uma totalidade que envolve diferentes áreas de conhecimento e abrange a dinâmica do mundo da vida.

Porém, esta abordagem deve ser planejada, trabalhada com consistência teórica articulada à relevância social, o que poderá contribuir para construção de um conhecimento mais ampliado acerca destes usuários dos serviços de saúde.

A esse respeito, Minayo (2007, p. 52) enfatiza que este processo pode ser pensado durante as diferentes fases de construção deste trabalho:

[...] (1) já na construção do projeto prever os produtos que se pretende construir; (2) no seu desenvolvimento realizar todos os procedimentos (geralmente de forma interdisciplinar) (...) teóricos e metodológicos típicos de investigação básica; (3) no processo de análise, direcionar a reflexão e os resultados para descobrir ou compreender aspectos da realidade que necessitam de intervenção, orientando-os para níveis de especificidade; (4) em adendo construir, com dados e análises da pesquisa, um texto complexo executivo, direto e curto que possa servir à ação social.

Ou seja, a citação de Minayo contribui para pensarmos a pesquisa como instrumento estratégico na atuação profissional do Serviço Social⁶ (BOURGUIGNON, 2007; MARSIGLIA, 2007). Para tanto, há a necessidade, segundo Martinelli (2005, p. 10) de exercitar “o olhar rigoroso, crítico, atento”, buscando “o desvendamento crítico da realidade em análise”.

Assim, a pesquisa se apresenta como possibilidade de objetivação da prática profissional e desafio para os profissionais que pretendem ser críticos e propositivos (BOUGUIGNON, 2007). Ou seja, no caso do Serviço Social, um dos desafios que se coloca no terreno da pesquisa, se refere ao fato de “[...] alimentar práticas profissionais comprometidas com processos emancipatórios” (BOURGUIGNON, 2008, p.302-303).

Para além destes desafios da pesquisa no campo do Serviço Social, Bourguignon (2008) indica que a centralidade dos sujeitos que participam de suas pesquisas enquanto condição ontológica, tem se apresentado como uma lacuna. Nestes casos, é necessário, por meio da pesquisa, desenvolver análises que permitam dar maior visibilidade aos usuários, valorizando sua experiência, conhecimento, história e vivência cotidiana.

⁶ A esse respeito, é importante ressaltar que a autora não se refere exclusivamente à profissão de Serviço Social, mas aos profissionais da área da saúde de maneira ampliada. No entanto, sua contribuição é fundamental para refletirmos acerca de nossas possibilidades de intervenção.

Estas análises devem situá-los no contexto sócio-histórico, articulando criticamente à dinamicidade da realidade.

No entanto, se estas concepções têm se tornado hegemônicas no debate acadêmico, deve-se também tentar avaliar como elas têm sido correlacionadas à prática profissional do assistente social. Há indicativos de que este discurso, por vezes, não tem atingido as ações profissionais de maneira veemente. Todavia, se devem analisar quais são os fatores que estão colaborando para que ocorra tal acontecimento, se assim for identificado.

Considerações finais

Para pensar a pesquisa no Serviço Social - enquanto tema e disciplina - é necessário se preocupar, antes, com o real significado da profissão que tem razão de ser na intervenção. Isto é, esta temática exige a compreensão dos principais determinantes (sociais, econômicos, políticos, culturais) que contribuíram para a construção do Serviço Social, suas dimensões teóricas, metodológicas, éticas, políticas, técnicas e operativas, bem como, os significados da proposta da pesquisa na formação e prática profissional.

Os esforços desenvolvidos no primeiro momento deste artigo tiveram por objetivo identificar as “mudanças” ético-políticas e teórico-metodológicas vivenciadas pela disciplina de pesquisa e que foram capazes de torná-la base e princípio para formação em Serviço Social.

Por outro lado, é necessário que o assistente social desenvolva competência crítica para compreensão da realidade e, neste caso, a pesquisa se apresenta como instrumento estratégico na atuação profissional, na medida em que pode garantir a unidade entre o saber e o fazer, ancorada em que tipo de sociedade se almeja (ação política).

Para o Serviço Social, na área da saúde, a pesquisa assume papel de grande relevância na medida em que contribui para compreensão da realidade social, da política de saúde, do espaço social dos usuários, dos múltiplos determinantes da doença, da situação de saúde do usuário, bem como, das representações e experiências que o mesmo constrói em relação a sua condição de vida e situação de saúde.

Neste caso, nossa indicação é que o profissional de Serviço Social na saúde deva estar aberto para o diálogo e escuta qualificada, seja nas relações estabelecidas com os usuários (pacientes, cuidadores, familiares...), funcionários e profissionais de maneira geral (construindo um olhar/postura investigativa), seja no processo de pesquisa propriamente dito.

Mais que isso, há a necessidade de se construir propostas de pesquisa e ação em conjunto com outros profissionais, capazes de buscar a compreensão dos múltiplos fatores que se relacionam diretamente ao processo saúde-doença, bem como, capazes de criar estratégias de ação (que podem estar embasadas em conceitos como educação

em saúde, promoção da saúde) referentes às problemáticas identificadas no trabalho de pesquisa e análise dos dados.

Por fim, ressaltamos que estas estratégias devem objetivar a construção de um olhar integral do(s) sujeito(s) pesquisado. Nesta lógica, defendemos a necessidade de se ter clareza de que a pesquisa é construída e conceituada historicamente e que, o seu caminho apresenta injunções, contradições e conflitos. Por sua vez, seu âmbito de ação precisa romper os marcos do academicismo e até mesmo, da unidisciplina, conforme aponta Minayo (2007).

Referências

ABEPSS. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social - 1996. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/briefing/graduacao/Lei_de_Diretrizes_Curriculares>. Acesso em: fev. 2009.

ABESS/CEDEPSS. Formação profissional: trajetórias e desafios. *Cadernos abess*, São Paulo: Cortez, n.7, 1997.

ABESS/CEDEPSS. *Relatório Síntese dos impasses e tensões da Formação Profissional*. 2005. Digi.

ABREU, M. M. A pesquisa. In: ABEPSS. *Relatório final da pesquisa avaliativa da Implementação das diretrizes curriculares do curso de serviço social*. São Luís, out. 2008. CD – ROM.

ALVES, R. *Filosofia da ciência: introdução ao jogo e suas regras*. São Paulo: Ars Poética, 1996.

ALVES, R. *Pesquisa: para quê? s/d*, mimeo.

ANTUNES, Ricardo. *O Caracol e sua Concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

AQUINO, E. de F. Um velho Brasil estatístico e o novo demografismo social. *Aliança em revista*, Brasília, v.2, n.6, p. 12-13, jun-jul.2001

BARBIANI, R. Sobre o ato de conhecer e o conhecer em ato... onde está o sujeito da frase? ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 9., 2004, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: ABEPSS, 2004. CD-ROM.

BARROCO, M. L. Reflexões sobre ética, pesquisa e serviço social. *Temporalis*, Recife: ABEPSS, v.5, n.9, p.103-116, jan./jun. 2005.

BATTINI, O. Atitude investigativa e prática profissional. In: BAPTISTA, Myrian Veras; BATTINI, Odária. *A prática profissional do assistente social: teoria, ação, construção de conhecimento*. São Paulo: Veras Editora, 2009.

BOURGUIGNON, J. A centralidade ocupada pelos sujeitos que participam das pesquisas do Serviço Social. *Textos e Contextos*, Porto Alegre, v.7 n.2, jul-dez. 2008, p.302-312.

- _____. A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social. *Revista Katálisis*, 2007.
- BRANDÃO, S. M. S. O. As contribuições da pesquisa para o processo de formação profissional no Curso de Serviço Social da UFMA. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 12., dez. 2010, Rio de Janeiro.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRAVO, M. I. S.; MATOS, M. C. Reforma sanitária e projeto ético-político do serviço social: elementos para o debate. In: BRAVO, Maria Inês Souza; VASCONCELOS, Ana Maria; GAMA, Andréa de Souza; Monnerat, Gisele Lavinias (Organizadoras). *Saúde e Serviço Social*. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2004.
- CARDOSO, F. G. A pesquisa na formação profissional do assistente social: algumas exigências e desafios. *Caderno ABESS*, Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social. Diretrizes Curriculares e Pesquisa em Serviço Social, São Paulo: Cortez, n. 8, 1998.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Parâmetros para atuação de assistentes sociais na saúde*. Grupo de trabalho Serviço Social na saúde. Brasília, CEFESS, nov. 2009.
- CROSSEN, C. *O fundo falso das pesquisas: a ciência das verdades torcidas*. Rio de Janeiro: Revan, 1996.
- DEMO, P. *Pesquisa: princípio científico e educativo*. São Paulo: Cortez, 1991.
- ECO, U. *Como se faz uma tese*. 14 ed. São Paulo: Perspectiva, 1977.
- FARIA, J. H. de. Universidade, produção científica e aderência social: a indissociabilidade e contra-reforma do ensino superior. *Universidade e Sociedade*, Brasília, DF, ano 15, n. 35, p. 13-33, fev. 2005.
- FAUSTO NETO, A. M. Q. Produção científica e formação profissional – os paradigmas do conhecimento e seu reatamento no cotidiano do ensino, da pesquisa e do exercício profissional. *Cadernos ABESS*, Produção Científica e Formação Profissional, São Paulo: Cortez, n.6, 1993.
- FRAGA, C. K. A atitude investigativa no trabalho do assistente social. *Rev. Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n 101, p. 40 – 64, jan./mar. 2010.
- IAMAMOTO, M. V. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- _____. Ensino e pesquisa no Serviço Social: desafios na construção de um projeto e formação profissional. *Caderno ABESS*, Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social. Diretrizes Curriculares e Pesquisa em Serviço Social, São Paulo: Cortez, n.8, 1998.
- JUNCA, D. C. de M. A teoria é uma coisa, mas a prática pode não ser outra. *O social em questão*, Rio de Janeiro: Departamento de Serviço Social, PUC/RJ, n.9, 1. se, p. 10-22, 2009.

KAMEYAMA, N. A trajetória da produção de conhecimentos em Serviço Social: avanços e tendências (1995 a 1997). *Caderno ABESS*, Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social. Diretrizes Curriculares e Pesquisa em Serviço Social, São Paulo: Cortez, n. 8, 1998.

MARTINELLI, M. L. Pesquisa qualitativa: elementos conceituais e teórico-metodológicos. ENCONTRO DE PESQUISADORES DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL, Campos dos Goytacazes, n.1, p. 8-15, out. 2005.

MATOS, M. C. O debate do serviço social na saúde na década de 90. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo: Cortez, n 74, 2003.

MILLS, C. W. *A imaginação sociológica*. 6.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MINAYO, M.C.S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec, Rio de Janeiro: Abrasco, 2007.

MORAES, C. A. de S.; JUNCA, D. C. de M.; SANTOS, K. de S. Para quê? Para quem? Alguns desafios do cotidiano da pesquisa em serviço social. *Revista Serviço Social e Sociedade*, n. 109, p. 433-452, jul./set. 2010.

MORIN, E. *A religião dos saberes: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Bertran Brasil, 2001.

MOTA, A. E. Reestruturação produtiva e Serviço Social. *Praia Vermelha*. Rio de Janeiro: UFRJ, v.1, n. 2, p. 33 – 48, 1º sem. 1999.

NETTO, J. P. *Democracia e transição socialista: escritos de teoria e política*. Belo Horizonte: Oficina de livros, 1990.

_____. A construção do projeto ético político do Serviço Social frente á crise contemporânea. In: CFESS/ABEPSS; CEAD/UNB (Org.). *Crise contemporânea, questão social e Serviço Social: Capacitação em Serviço Social e política social*. Brasília: CEAD/UNB, 1999.

NOGUEIRA, V. M. R. Elementos para pensar a pesquisa como princípio formativo em Serviço Social. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 12., dez. 2010, Rio de Janeiro.

ORTIZ, F.G. *O Serviço Social no Brasil: os fundamentos de sua imagem e da autoimagem de seus agentes*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2010.

PAIM, J.S. Abordagens Teórico- conceituais em estudos de condições de vida e saúde: notas para reflexão e ação. In BARATA, R.B. (Org.) *Condições de Vida e Situação de Saúde*. Rio de Janeiro: Abrasco, 1997, p.7- 30.

PASTOR, M.; MARQUES, M. I. B. Pesquisa na formação e atuação do assistente social. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 12., dez. 2010, Rio de Janeiro.

RESENDE, O. L. Vista Cansada. *Jornal Folha de São Paulo*, fevereiro de 1992.

SETUBAL, A. A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social. *Revista*

Katálisis. Florianópolis, v. 10 n. esp., p. 64-72, 2007.

SPOSATI, A. Pesquisa e produção de conhecimento no campo do Serviço Social. *Rev. Katálisis*, Florianópolis, v. 10, n. spe, 2007.

VASCONCELOS, A. M. de. Serviço Social e Prática Reflexiva. *Revista de Serviço Social da UERJ*, Rio de Janeiro: UERJ, n.1, 1993.

YAZBEK, M. C. *Classes Subalternas e Assistência Social*. 7.ed. São Paulo: Cortez Editora, 2009.

YAZBEK, M. C.; RAICHELIS, R.; MARTINELLI, M. L. O Serviço Social Brasileiro em Movimento: fortalecendo a profissão na defesa de direitos. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo: Cortez Editora, n. 95, Especial Serviço Social – memória e história, 2008.

Artigo recebido em: 31 jul. 2012
Aceito para publicação: 27 ago. 2012